

Financiamento do Ensino Médio no Brasil: estudo sobre os gastos públicos na região sudeste¹

THERESA ADRIÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

CASSIA DOMICIANO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

SAMARA DE OLIVEIRA SILVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

ELLEN CECCON

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

FÁBIO CESARINI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

NICANOR LOPES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

GABRIELA RAMOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa documental em fontes primárias que inventariou, do total de recursos orçamentários gastos com Ensino Médio pelos quatro estados da região sudeste do Brasil, a proporção destinada ao setor privado. Pressupõe-se que a análise da destinação dos fundos públicos contribui para evidenciar processos de privatização da educação. O período analisado corresponde aos anos de 2005 a 2015. Selecionaram-se, para este estudo, os repasses para o pagamento de Pessoa Jurídica e as Transferências para as Organizações sem Fins Lucrativos. O estudo apresenta evidências de crescimento da destinação dos fundos públicos para os segmentos privados selecionados em todos os estados, explicita a falta de transparência na prestação de contas por parte de governantes de dois deles e indica a necessidade de mais estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Financiamento; Ensino Médio; Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Privado; Privatização.

High School Financing in Brazil: study on public spending in the Southeast region

ABSTRACT

The article results from documentary research in primary sources that inventoried, from of the total budgetary resources spent on High School education by four states of the southeast region of Brazil, the proportion allocated to the private sector. It assumed that

¹ Artigo decorrente da pesquisa ADRIÃO (coord): MAPEAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (2005-2015), desenvolvida no âmbito do GREPPE e financiada pelo CNPq

the analysis of the allocation of public funds contributes to evidence processes of privatization of education. The period analyzed corresponds to the period of 2005 to 2015. It was selected for this study the payments for Legal Entity and Transfers to Non-Profit Organizations. The study presents evidences of growth in the allocation of public funds to selected private segments in all states, and explains the lack of transparency in the accountability of the rulers of two of them and indicates the need for further studies on the subject.

Keywords: Financing; High School; Education Maintenance and Development; Private; Privatization.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA UTILIZADA

O objetivo deste trabalho é apresentar dados resultantes de pesquisa exploratória a respeito dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, na etapa do Ensino Médio regular (MDE-EM), empreendidos pelos governos dos estados brasileiros que integram a Região Sudeste. Esta região concentra 56,4% do PIB nacional e 42,2% da população brasileira. Composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, respondia, em 2015, por 41,52% das matrículas públicas brasileiras no Ensino Médio. Em 2015, último ano do período analisado neste trabalho, a região Sudeste, segundo o IBGE, atendia a 3.353.215 jovens nesta mesma etapa de escolaridade, 84,79% (2.843.087) deles em escolas públicas. Se calculada a relação 2015-2014, identifica-se uma diminuição de 14,91% nesse total.

O Brasil é um país federado, razão pela qual a responsabilidade pela oferta da educação, dentre outras responsabilidades estatais, é dividida entre as três esferas governamentais que o compõe: governo federal; governos estaduais (total de 26 estados) e governos municipais (5.570 no total), além da capital federal – Brasília – que possui status de estado. Desde 1988, considerando as emendas constitucionais posteriores e o contido no texto da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394 de 1996), a divisão de responsabilidades para a oferta da Educação Básica é assimétrica, na medida em que delega aos municípios o dever de ofertar e manter a Educação Infantil (0 a 6 anos) e o Ensino Fundamental (6 a 14 anos), neste caso atuando conjuntamente com os governos estaduais, os quais devem garantir a oferta do Ensino Médio a todos com idade entre 15 e 17 anos. A Educação Básica regular compreende, pois, o atendimento educacional de 0 a 17, inclusive para deficientes.

O Ensino Médio é responsabilidade prioritária dos governos estaduais, os quais, por força de previsão constitucional, devem investir, no mínimo, 25% de sua receita de impostos nessa etapa de escolaridade. Tal vinculação constitucional de fundos públicos para a educação, nomeadamente conhecida como recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), recebe regulamentação no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos 70 e 71.

Este trabalho considera as determinações acima para a destinação dos recursos em MDE, regulamentadas pelos Tribunais de Contas da União e dos Estados, como referência para caracterização dos processos de transferência de tais fundos para o setor privado, identificando tais processos como formas de privatização da Educação Básica.

O período selecionado para análise (2005 a 2015) corresponde à primeira década² sob a vigência de um regime fiscal no país que, entre outras coisas, fixou em 54% o limite de gastos do poder executivo com pessoal. Trata-se da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), que instituiu normas de finanças públicas relacionadas à responsabilidade na gestão fiscal, regulamentando a Emenda Constitucional nº 19/1998.

Pressupõe-se que essa restrição de gasto com pessoal tem induzido os governos a transferirem parte da oferta educativa para o setor privado, uma vez que o maior volume de gasto com educação decorre do pagamento de salário (ADRIÃO, 2009; ADRIÃO et al, 2014).

Uma forma de captar essa indução é verificar alterações na destinação de gastos para o setor privado a partir de 2005. Em função disso, opta-se por analisar os recursos públicos destinados ao setor privado, identificados nos balanços dos governos estaduais, relacionando-os com o conjunto dos gastos governamentais efetuados no Ensino Médio na série histórica. Para esse fim, inventariaram-se, junto à plataforma de finanças públicas Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), os valores destinados em cada exercício financeiro (um ano) às categorias econômicas 3.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e 3.33.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins

² A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 73-B, estabelece prazo máximo de quatro anos para que todas as esferas governamentais se adaptassem ao texto legal, condição concluída em 2005.

lucrativos. A categoria econômica 3.33.90.00 representa o somatório dos valores das despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoa jurídica de direito privado para órgão público e, a segunda, 3.33.50.00, o total dos valores das despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que não tenham vínculo com a Administração Pública.

O período também coincide com o último ano em que Estados e municípios deveriam destinar obrigatoriamente 15% de suas receitas de impostos e demais transferências apenas para o Ensino Fundamental regular, sistemática prevista pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o período de 1996 a 2006. A partir de 2007, implanta-se, no país, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por meio da Emenda Constitucional nº. 53, de 19/12/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/07 (PINTO, 2000; 2005; ARELARO; GIL, 2005; PINTO; ADRIÃO, 2006; PINTO; ABRAHÃO; AMARAL, 2011).

Após o levantamento dos dados no Siope, os valores foram corrigidos (atualizados), para o mês de janeiro de 2017, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo IBGE. Para tanto, adotou-se a ferramenta disposta no site do easycalc (<http://drcalc.net/>).

Por fim, justifica-se o foco no Ensino Médio em função da crescente presença do setor privado na definição de políticas governamentais para esta etapa de escolaridade obrigatória, identificada por pesquisas anteriores (ADRIÃO, 2014; ADRIÃO; GARCIA, 2014; ADRIÃO; GARCIA; AZEVEDO, 2016; PERONI; CAETANO; 2016, entre outros).

ENSINO MÉDIO OFERTADO PELAS REDES ESTADUAIS DE ENSINO DA REGIÃO SUDESTE: A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E A OFERTA EDUCACIONAL EM DESTAQUE

A luta pela universalização e a obrigatoriedade do Ensino Médio são frutos de conquistas sociais pela ampliação do direito ao acesso à educação pública, em todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil. Nesse sentido, a Região Sudeste, em 2015, a mais populosa do país, atendia 3.353.215 estudan-

tes no Ensino Médio, correspondendo a 41,52% do total de matrículas para essa etapa no Brasil.

Comparando-se o número de matrículas no Ensino Médio entre as redes públicas e a privada da região, vê-se que, em 2015, a rede pública respondia por 82,06% desse atendimento, enquanto a rede privada por 17,94%. Analisando a série histórica, tem-se queda nas matrículas públicas em todos os estados da região, mesmo com um crescimento na rede federal. Para o setor privado, o único estado a apresentar taxa de crescimento foi São Paulo (9,31%), como observado na tabela 1.

Tabela 1: Variação da Matrícula do Ensino Médio entre 2005 e 2015 (Acumulado da Região Sudeste).

DEPENDÊNCIA	ES		MG		RJ		SP		TOTAL	
	Δ	Δ %	Δ	Δ %	Δ	Δ %	Δ	Δ %	Δ	Δ %
Estadual	-18.738	-14,83	-111.247	-14,03	-174.172	-28,74	-94.395	-5,77	-398.552	-63
Federal	3.393	107,68	8.658	94,05	4.943	39,61	1.445	69,84	18.439	311
Municipal	-1.085	-93,86	-24.286	-79,57	-5.267	-48,79	5.968	35,70	-24.670	-187
Rede Pública	-16.430	-12,57	-126.875	-15,24	-174.496	-27,73	-86.982	-5,26	-404.783	-61
Rede Privada	-10.282	-37,04	-21.066	-20,53	-2.152	-1,65	24.098	9,31	-9.402	-50
TOTAL	-26.712	-16,86	-147.941	-15,82	-176.648	-23,25	-62.884	-3,29	-414.185	-59

Fonte: Adrião (coord), 2016, com base em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acesso no período de abril a fev/ 2016.

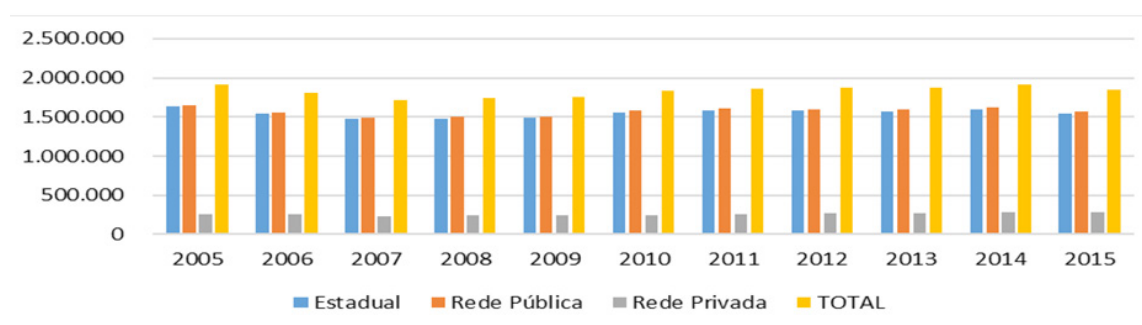
Analisando as matrículas da Rede Pública e da Rede Privada de ensino por estado da Região Sudeste, destaca-se a variação dos percentuais de crescimento e de redução da matrícula no período de 2005 a 2015. O Estado de Minas Gerais, durante os anos em estudo, manteve o percentual de distribuição de matrículas entre as redes pública e privada relativamente estável, conforme tabela 2. No entanto, no mesmo período, a matrícula absoluta diminuiu 10,24% na rede pública e 20,54% na rede privada. No Espírito Santo, entre 2005 e 2015, também se registra, em termos absolutos, redução de 11% nas matrículas, sendo 12,58% na rede pública e 37,05% na esfera privada. No Rio de Janeiro, ao contrário dos estados anteriores, a retração mais acentuada nas matrículas ocorreu nas redes públicas: 27,73% entre 2005 e 2015. Na rede privada, a retração ficou em 1,65%. Considerando o período analisado, São Paulo foi o único estado em que houve aumento das matrículas na rede privada, cujo crescimento correspondeu a 9,31%, enquan-

to nas redes públicas a redução ficou em 5,26%, conforme indicado na tabela 2.

OS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE E OS DECLARADOS GASTOS COM O SETOR PRIVADO

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a população residente na faixa etária de 15 a 17 anos no estado de São Paulo (SP), em 2005, era de 2.176.509 habitantes, no entanto, em 2015, houve redução de 107.204 habitantes, totalizando 2.069.305 jovens residentes no estado. Deste total, 1.850.964 estavam matriculados no Ensino Médio, ou seja, 89,44%. Tal dado sinaliza que o estado já havia alcançado, em 2015, a meta 3 do Plano Nacional de Educação³ (2014-2024), qual seja, elevar, até o final da vigência do Plano, a taxa de matrícula do Ensino Médio para 85%, ainda que faltasse cerca de 11% para atingir a universalização desta etapa de escolaridade em São Paulo.

Gráfico 1 – Tendências das matrículas do Ensino Médio no estado de São Paulo (2005-2015).



Fonte: Adrião (coord), 2016, com base em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acesso no período de abril a fev/ 2016.

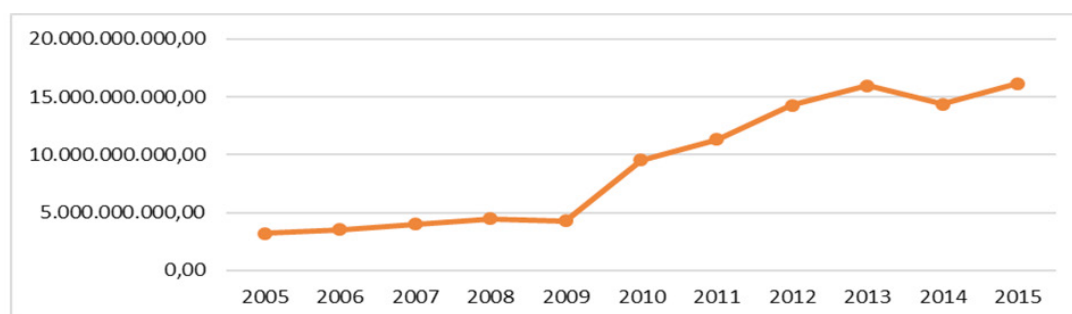
O gráfico 1 mostra que a rede pública estadual paulista concentra o maior número de matrículas do Ensino Médio, entretanto, observa-se certo encolhimento da oferta a partir de 2006, que perdura por toda série histórica; parte deste decréscimo pode ser explicada pela queda na população da faixa etária correspondente. Em números absolutos, a quantidade de matriculados na rede estadual diminuiu 94.395 (6%) no mesmo período. Ao contrário da retração das matrículas públicas, as oriundas da rede privada apresentaram decréscimo no período de 2005 a 2011, mas se ampliaram nos anos subsequentes, resultando em um aumen-

³ Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014.

to de 9%. No total, considerando a oferta pública e privada, o atendimento aos jovens decaiu 3% no estado de São Paulo, o correspondente a 62.884 matrículas.

Os gastos totais no Ensino Médio mostram-se contrários ao movimento das matrículas no período estudado. Desde 2005, observa-se sua ascensão com amplitude maior registrada em 2010, prazo final dado pela Lei 11.494/2007 para incorporação de 100% das matrículas da Educação Infantil, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos para efeito de contabilização no Fundeb.

Gráfico 2 – Gasto total de receitas de MDE - Ensino Médio no estado de São Paulo (2005-2015).

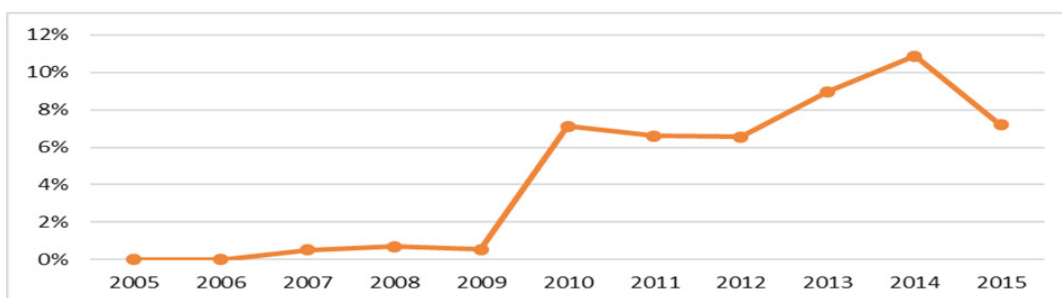


Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fn-de.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

Do mesmo modo que cresce o gasto com o Ensino Médio no interstício analisado, aumenta o percentual do fundo público direcionado ao setor privado. Até 2009, do montante investido nesta etapa de escolaridade, o governo do estado de São Paulo gastava 1% com o setor privado, em 2010 o percentual subiu para 7%, em 2014, para 11% e, em 2015, manteve os 7%. Tal dado se confirma pela somatória dos gastos na categoria econômica 3.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica⁴ (3.33.90.39) e encontra-se representado no gráfico 3.

⁴ Para o Ensino Médio, o estado de São Paulo não registrou gastos na categoria econômica 3.33.50.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

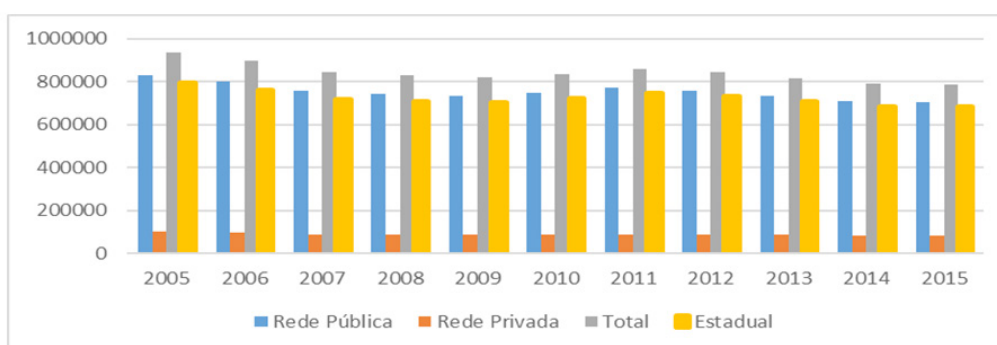
Gráfico 3 – Percentual de gasto destinado ao setor privado em relação ao gasto total com Ensino Médio no estado de São Paulo (2005-2015).



Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

O segundo estado analisado é Minas Gerais (MG), em termos de extensão territorial, o maior da região sudeste do Brasil, ocupando uma área de 586.521.235 km, dividida por 853 municípios. Em 2015, sua população era de 20.899.890 habitantes, o segundo estado mais populoso da região. Entre 2005 e 2015, a população de 15 anos a 17 anos diminuiu 5,1%, passando de 1.131.760 para 1.067.854. (IBGE, 2017).

Gráfico 4 - Matrículas no Ensino Médio em Minas Gerais – Rede Pública, Rede Privada, Total e Rede Estadual.



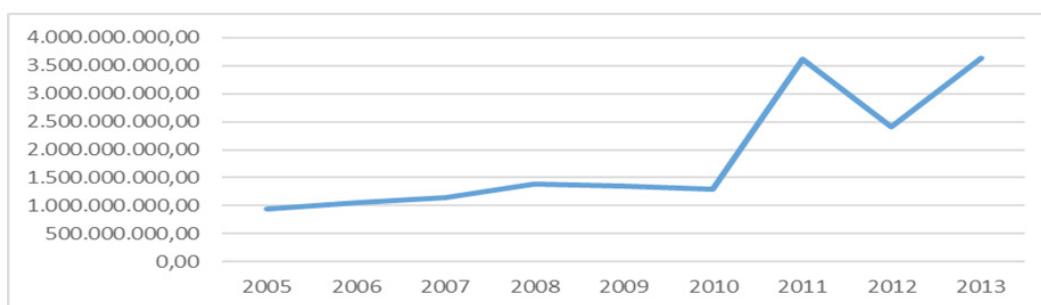
Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

O gráfico mostra o decréscimo no número de matriculados no Ensino Médio no estado de Minas Gerais, tanto na rede privada quanto na rede pública. Em 2005, as matrículas na rede estadual, consideradas para efeito dos gastos governamentais aqui analisados, corresponderam a 95% do total das matrículas públicas,

caindo para 87% em 2015, acompanhando o decréscimo no atendimento a esta etapa de escolaridade observado no período.

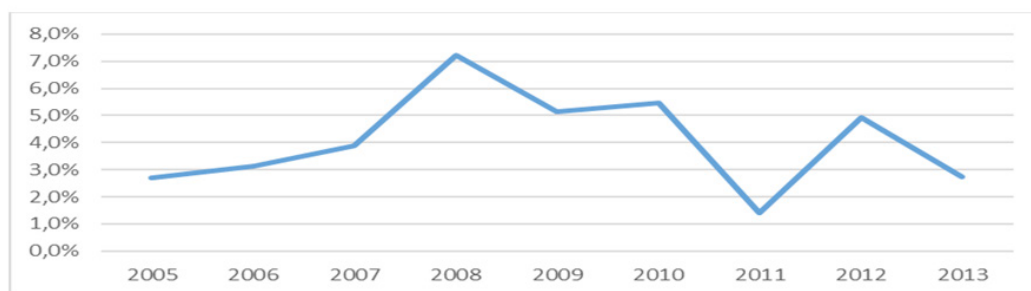
Mesmo com o declínio no atendimento, os dados indicam um aumento significativo dos gastos totais destinados ao Ensino Médio, com destaque para o ano de 2011, contrariando o aumento das matrículas que ficou em 3% em comparação a 2010. Em 2013, último ano para o qual os dados estão disponíveis, as despesas governamentais com o EM atingiram o maior valor do período.

Gráfico 5 – Gasto total com o Ensino Médio no Estado de Minas Gerais (2005-2013).



Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017. Nota: O governo do estado de Minas Gerais não transmitiu para o SIOPE as informações relativas aos anos de 2014 e 2015.

Gráfico 6 - Percentual de gasto destinado ao setor privado em relação ao gasto total no Ensino Médio no estado de Minas Gerais (2005-2013).



Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

De acordo com o gráfico 6, percebe-se a evolução nos gastos com o setor privado em atuação no Ensino Médio estadual, a qual atinge o percentual de 7,2% dos gastos totais nesta etapa de escolaridade no ano de 2008. A partir de 2009,

inicia-se uma queda neste tipo de gasto, chegando em 2011 a 1,4%. Em 2012, há um aumento de 3,5% em relação ao exercício anterior e, em 2013, apresenta nova queda, passando para 2,7% das despesas governamentais.

Observa-se que no acumulado para o período (2005-2015), Minas Gerais destinou 4% dos fundos públicos do Ensino Médio para o pagamento de empresas e consultorias privadas ou para transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

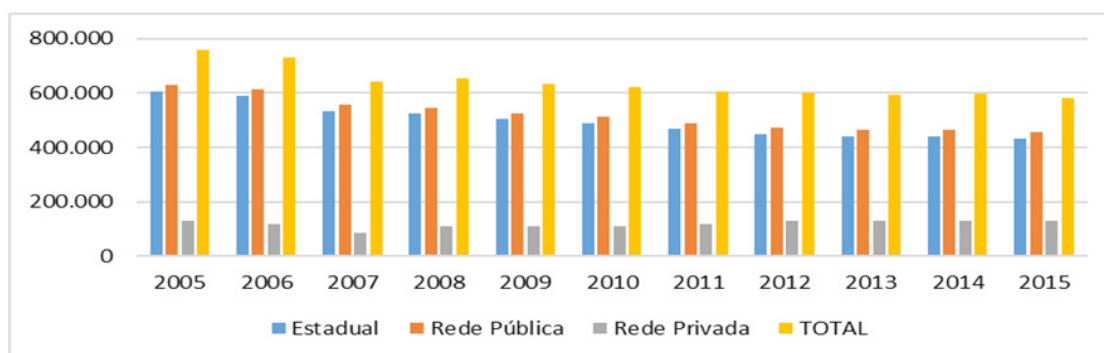
Conforme os dados apresentados, percebe-se tanto o aumento nos gastos totais com o Ensino Médio, quanto nos efetuados com o setor privado nesta etapa, com destaque para o período 2005 a 2008, no qual o gasto total com o Ensino Médio cresceu 20% em relação ao exercício de 2005, enquanto o gasto com o setor privado aumentou 76%. Entre 2009 e 2013, os gastos com o Ensino Médio cresceram 63%, enquanto os gastos com o setor privado, no mesmo período, aumentaram em 31%.

No período de 2005 a 2008, ocorreu queda no número de matrículas no Ensino Médio, enquanto as despesas com o setor privado aumentaram. De 2009 a 2011, os gastos com o setor privado diminuíram, enquanto as matrículas apresentaram uma pequena elevação. Em 2012, a quantidade de matriculados voltou a cair e a despesa com o setor privado a subir.

O estado do Rio de Janeiro (RJ) é o terceiro a ser analisado neste trabalho e, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2005, sua população era de 15.524.487 habitantes, dos quais 750.811 na faixa etária de 15 a 17 anos, potencialmente a ser atendida pelo EM. Já em 2015, diferentemente de SP e MG, o número de jovens aumentou 5,42%, passando para 791.803 habitantes.

Entretanto, as matrículas do Ensino Médio caminham na contramão do aumento populacional dessa faixa etária. O gráfico 7 mostra que, no período de 2005 a 2015, há um decréscimo de 27,72% nas matrículas públicas, o que corresponde, em números absolutos, a uma redução de 174.496 matriculados nesta etapa.

Gráfico 7 – Tendências das matrículas do Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro (2005-2015).

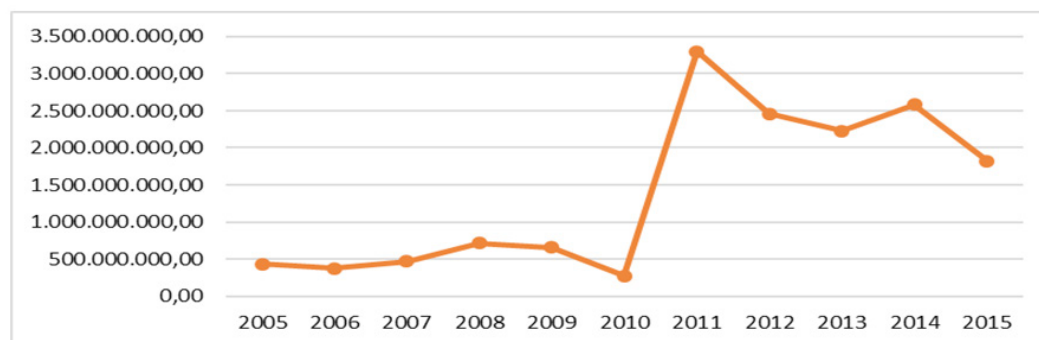


Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnade.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

Pelo gráfico, vê-se que a rede estadual concentra o maior número de matrículas no Ensino Médio, ainda que apresente redução durante toda a série histórica analisada: de 2005 a 2015, nota-se uma retração de 28,83%. A oferta educacional na rede privada manteve-se praticamente inalterada, com destaque para redução entre 2005 e 2011, que em números absolutos correspondeu a 11.509 matrículas, uma queda de 8,82%. De 2011 para 2012 a quantidade de matriculados cresceu 8,41%, mantendo-se inalterada nos anos subsequentes.

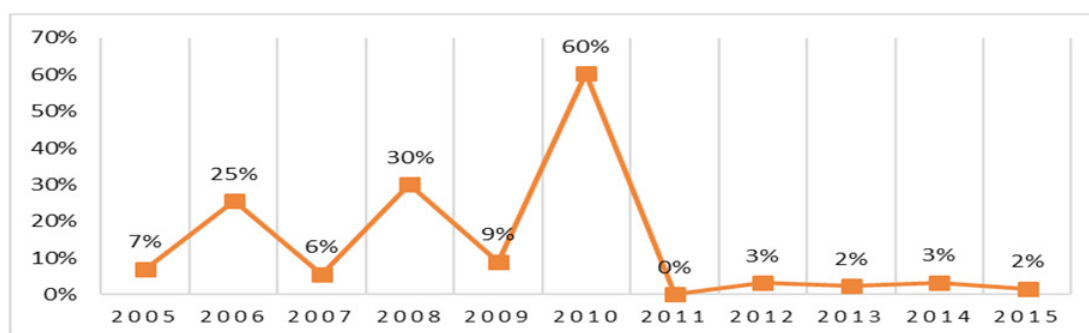
Embora as matrículas do Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro apresentem redução ao longo da série histórica, o gasto total, indicado no gráfico nº 8, com esta etapa de escolaridade, mostra-se em ascendência. No período de 2005 até 2010, foram investidos em média R\$ 488 milhões de reais, já em 2011, observa-se um pico de crescimento no gasto com EM que correspondeu a mais de 1000% em relação ao ano anterior. Nos anos subsequentes, os montantes gastos permaneceram na faixa de 2 bilhões de reais, cerca de cinco vezes maior do que ano de 2005.

Gráfico 8 – Gasto total no Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro (2005-2015).



Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

Gráfico 9 – Percentual de gasto destinado ao setor privado em relação ao gasto total no Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro (2005-2015).

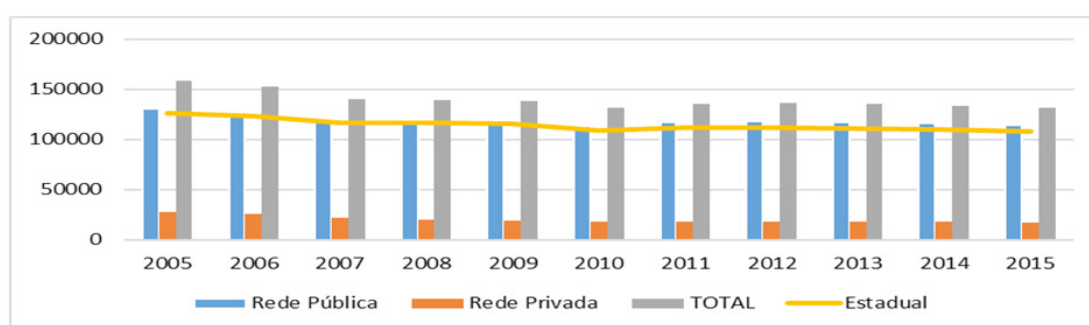


Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

O gráfico 9 mostra um “zigzaguear” na proporção de gastos de MDE destinados ao setor privado na categoria econômica Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - dado que o Rio de Janeiro não registra gastos para a categoria econômica Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos na série histórica analisada – em relação aos investimentos com Ensino Médio no estado do Rio. Os anos de 2006, 2008 e 2010, período em que os gastos com EM ficaram em torno de 500 milhões, os percentuais direcionados ao setor privado foram de respectivamente 25, 30 e 60%, ou seja, na época em que o estado investia menos na educação de seus adolescentes, destinava mais recursos ao setor privado. A partir de 2011, quando os investimentos totais no EM passaram a ser maiores, os percentuais mantiveram-se praticamente estáveis.

O Espírito Santo, quarto e último Estado analisado neste trabalho, ocupa uma área de 46.086,907 km², com 78 municípios (IBGE, 2016). Em 2015, a população residente era de 3.938.764 (PNAD, 2015). Ainda de acordo com o PNAD, a população na faixa etária dos 15 a 17 anos era de 197.379 habitantes em 2005, sendo que, em 2015, reduziu-se para 187.709 adolescentes. Deste total, apenas 70,17%. (131.715) estavam matriculados no Ensino Médio no ano de 2015.

Gráfico 10 – Tendências das matrículas do Ensino Médio no estado de Espírito Santo (2005-2015).



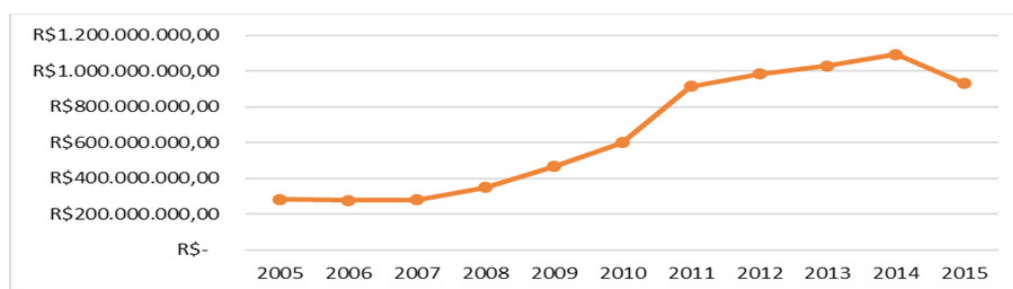
Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

O mesmo fenômeno de queda do número de matrículas, verificado no estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, acontece com o estado de Espírito Santo.

Parece não haver relação direta entre a diminuição da população na faixa etária analisada e na quantidade de matrículas. Em números absolutos, a quantidade de matriculados na rede estadual diminuiu 18.738 no período, correspondendo a um percentual de 17,41% do total de 2015. A rede privada seguiu o mesmo caminho de retração, tendo uma queda de 5,48% em relação ao total de matrículas na rede privada 2015 (10.282 matrículas). A única rede na qual houve aumento de matrículas no Ensino Médio foi a federal que subiu de 3.151 matrículas em 2005, para 6.544 em 2015, números proporcionalmente pequenos. No total, considerando a oferta pública e privada, o atendimento aos adolescentes e aos jovens decaiu 10% no estado de Espírito Santo, o correspondente a 26.712 matrículas, sendo que a população na faixa etária de 15 a 17 anos diminuiu em 5,15% no período. Ou seja, a queda real de matrículas no Ensino Médio, considerando a queda da população de 15 a 17 anos, correspondeu a aproximadamente 5%.

Entretanto, os gastos totais com o Ensino Médio foram crescentes no período estudado, exceto em 2015, quando houve uma queda em relação a 2014, conforme curva indicada no gráfico 11.

Gráfico 11 – Gasto total no Ensino Médio no estado do Espírito Santo (2005-2015).

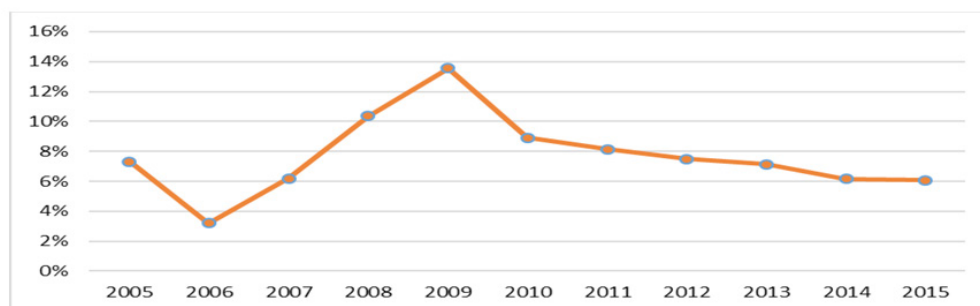


Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

Houve uma variação intensa no volume dos fundos públicos destinados ao setor privado que atuou junto ao Ensino Médio pelos governos do Espírito Santo. Se tomadas as informações constantes no gráfico 12, a seguir, tem-se que, em 2005, do montante investido nesta etapa de escolaridade, o governo do estado destinou 7,31% para o setor privado e, em 2009, o percentual subiu para 13,56%.

Entre 2010 e 2015, o direcionamento para o setor privado declinou até chegar a 6,06% do total gasto no EM. Tal dado se confirma pela somatória dos gastos nas categorias econômicas 3.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e 3.33.50.00 Transferências a Iniciativa Privada sem Fins Lucrativos e encontra-se representado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Percentual de gasto destinado ao setor privado em relação ao gasto total no Ensino Médio- Espírito Santo (2005-2015).

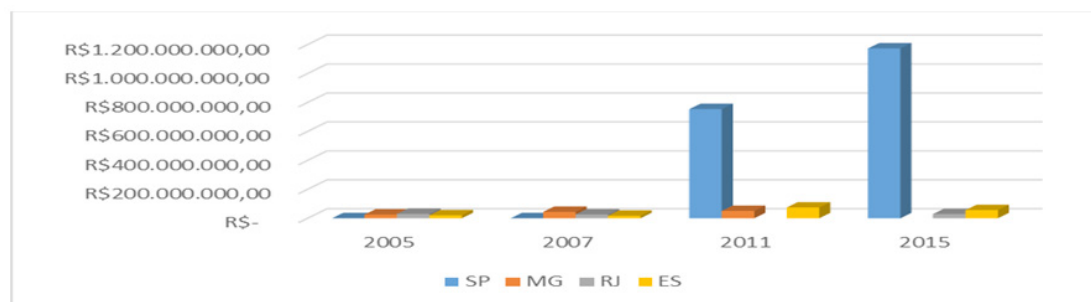


Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siopea-presentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

INDICAÇÕES FINAIS

A primeira decorrência da pesquisa refere-se à ausência de transparência no trato com os fundos públicos no Brasil, explicitada pela falta de informações para os anos de 2011 e 2015 nas declarações do estado do RJ e, no caso de MG, para o ano de 2011. No primeiro caso, o governador em exercício entre 2007 e 2015 (Sérgio Cabral Filho) encontra-se preso por corrupção. No caso de Minas Gerais, o governador em exercício em 2011 era Antônio Anastasia, investigado pelo mesmo motivo. Já para São Paulo, nos dois primeiros anos da década analisada, não há informação sobre gasto com as duas rubricas autorizadas para o repasse de recursos de MDE para o setor privado. Entretanto, a partir do primeiro ano do mandato de Geraldo Alckmin (2011), as receitas destinadas ao setor privado que atuam no Ensino Médio chegam a 7%, assim como em 2015. É possível perceber ainda que os valores repassados para este segmento cresceram em todos os estados da região sudeste para os quais há informação disponível.

Gráfico 13 - Gastos com Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Região Sudeste. Anos selecionados.



Fonte: Adrião (coord), 2017 com base em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siopea-presentacao/siope-relatorios-estaduais>. Acesso no período de fev/ 2016 a julho/2017.

Em relação ao atendimento, primeira condição para o exercício do direito à educação nesta etapa de escolaridade, a maior taxa de crescimento nas matrículas públicas da Região Sudeste deu-se no estado do Espírito Santo (4,25%). Já no setor privado, São Paulo figurou com o maior crescimento no período (9,31%).

Em todos os estados, a pesquisa indicou que a diminuição nas matrículas públicas não implicou a diminuição dos gastos com educação, mais especificamente, com o Ensino Médio, modalidade esta considerada prioritária para efeito de gasto em MDE pelos governos estaduais. No estado de São Paulo, o incremento maior pode ser observado a partir de 2010, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo os picos de investimento apareceram em 2011. Tal resultado pode estar relacionado à incorporação de 100% das matrículas do EM, a partir de 2010, para efeito de repasse do Fundeb.

Considerando a natureza exploratória da pesquisa, indica-se a necessidade de mapear o a destino dado aos fundos investidos, atividade que demandará estudos futuros mais detalhados.

A escolha das categorias econômicas Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos, como ferramentas para verificação do fluxo dos fundos públicos para o setor privado, buscou cobrir o conjunto de ações governamentais mais frequentemente adotado pelos governos para o financiamento do setor privado. Propósito que, no caso de São Paulo, destaca-se pelo volume declarado a partir de 2011 e, nos casos de Minas Gerais e RJ, pela ausência de informação a respeito.

Por fim, ressalta-se a necessidade de que estudos posteriores detalhem os fluxos dos repasses aqui identificados, tendo em vista que a disputa pelos fundos por parte de corporações e de segmentos a estas associadas, com o objetivo de inaugurar novos mercados educacionais ancorados nas redes públicas de ensino, tem se aprofundado no Brasil, situação que rivaliza a realização da educação como direito.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.M.F. (coord.); GARCIA, T.O.G.; BORGHI, R.F.; BERTAGNA, R.H.; MOMMA, A. **Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)**. Projeto de pesquisa apresentado a Chamada Universal – MCTI/CNPq, nº 14, 2014.

ADRIÃO, T. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia (UFU. Impresso)**, v. 28, p. 263-282, 2014.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. O. G. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas Educativas**, v. 7, p. 110-122, 2014.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; AZEVEDO, J. **Compulsory education in Brazil: Privatization trends and limits right to education**. In: SPA CONFERENCE, Belfast; 2016.

ARELARO, L.R.G.; GIL, I-J. Políticas de fundos na educação: duas posições. In.: LIMA, M.J.R.; ALMEIDA, M. do R.; DIDONET, V. (Orgs). **Fundeb: dilemas e perspectivas**. Brasília: Edição Independente, 2005, p. 53-65.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **SIOPE: Relatórios Estaduais (2005-2015)**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosEstaduais.jsp>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 05/10/1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. SILVA, M. M da; AMORIM, F. A.; SILVA, V. L. da. **Lei de responsabilidade fiscal para os municípios: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasília. **IBGE**, 2017. Disponível em <http://sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em 01 de julho de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica 2005-2015. Brasília. **Inep**, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> > . Acesso em 10 de março de 2017.

PERONI, V.M.V.; CAETANO, M.R. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 407-428, jun. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000200407&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em 03 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623653910>.

PINTO J. M. R.; AMARAL, N. C.; ABRAHAO, C. J.O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. **Educação Sociedade (Impresso)**, v. 32, p. 639-665, 2011.

PINTO, J. M. R.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **EcoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2016.

Theresa Adrião

Professora Livre Docente – Faculdade Educação- Unicamp.

E-mail: theadriao@gmail.com

Cassia Domiciano

Professora Auxiliar I - Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

E-mail: cassiale@uol.com.br

Samara de Oliveira Silva

Doutoranda em Educação (UNICAMP). Professora Assistente II – Universidade Est.do Piauí (UESPI).

E-mail: /sossam@hotmail.com

Ellen Ceccon

Faculdade Educação – Unicamp.

E-mail: ellen.ceccon@gmail.com

Fábio Cesarini da Silva

Diretor de Escola de Educação Básica da rede pública de Valinhos.

E-mail: f.cesarini@hotmail.com

Nicanor Lopes

Faculdade Educação – Unicamp.

E-mail: nicanormateuslopes@gmail.com

Gabriela Cristina Ramos

Professora de Educação Especial da rede municipal de Paulínia.

E-mail: gabriela_fef05@yahoo.com.br

